

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.704 - RJ (2019/0193054-4)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : MEDRAL ENERGIA LTDA
ADVOGADO : DINOVAN DUMAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ200281
AGRAVADO : ADILSON SANT ANNA
ADVOGADOS : EDISON DE PINHO AVILA - RJ037844
DANIELA MOTTA BAPTISTA PEREIRA E OUTRO(S) - RJ144248

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por MEDRAL ENERGIA LTDA. contra decisão monocrática de fls. 301-302 proferida pela Presidência do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial.

Nas razões do presente agravo interno, a parte ora agravante alega que "...o feriado em que a decisão se refere (semana santa, dias 28,29 e 30 de março de 2018) sequer precisaria ser comprovado no ato de apresentação do recurso".

Isso porque "...a mencionada data consta no próprio regimento interno desta C. Corte (art. 81, §2º, inciso IV) como feriado forense. Ou seja, motivo que torna totalmente desnecessária a comprovação de que no TJRJ também haveria suspensão dos prazos processuais neste dia".

Por fim, sustenta que a majoração dos honorários prevista no *decisum* ora hostilizado ultrapassa o limite previsto nos §§ 2º e 3º do CPC/2015.

É o relatório.

Decido.

2. Inicialmente, vale consignar que, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do CPC/2015, "*o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso*", o que impossibilita a regularização posterior.

No entanto, em decorrência do posicionamento alcançado por esta Corte quando do julgamento do Resp 1.813.684/SP, a agravante acostou petição aos autos (fls. 323-342) em que há a devida comprovação da suspensão do expediente forense, na origem, nos dias 28, 29 e 30 de março de 2018.

Destarte, uma vez comprovada a ocorrência de feriado local, reconsidero a decisão ora agravada, em juízo de retratação, impondo-se uma nova análise da insurgência.

3. Trata-se de agravo interposto em face de decisão que não admitiu o recurso especial, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL.
ATROPELAMENTO DE CICLISTA EM VIA PÚBLICA,**

CAUSADO POR VEÍCULO DA EMPRESA RÉ, QUE ATUA COMO CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. PEDIDOS DE RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICO C/C OBRIGAÇÃO DE APRESENTAR BILHETE DO DPVAT DO AUTOMÓVEL ENVOLVIDO NO EVENTO.

SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE CONDENA O RÉU A PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) E JULGA IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS.

APELAÇÃO DO DEMANDADO BUSCANDO A REFORMA DO JULGADO, SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE.

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, DIANTE DA ATIVIDADE DA DEMANDADA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, EX VI O ARTIGO 22. VÍTIMA QUE É CONSIDERADA CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO, CONSOANTE O ARTIGO 17 DO DIPLOMA CONSUMERISTA.

PROVA TÉCNICA QUE ATESTA O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E AS LESÕES SOFRIDAS PELO AUTOR, CONCLUINDO PELA

INCAPACIDADE TOTAL TEMPORÁRIA POR UM PERÍODO DE SETE DIAS.

RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR FATO MODIFICATIVO, EXTINTIVO OU IMPEDITIVO À PRETENSÃO AUTORAL, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA POR FORÇA DO ARTIGO 373, II, DO CPC.

SENTENÇA QUE SE MANTÉM.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os primeiros aclaratórios foram acolhidos, conforme ementa que se segue (fls. 208-216):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELA RÉ, ORA EMBARGANTE.

PRETENSÃO DE ACOLHIMENTO DO RECURSO, A FIM DE AFASTAR A INCIDÊNCIA DAS NORMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL PREVISTAS NO ARTIGO 37, §6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ACOLHIMENTO.

EMBARGANTE QUE NÃO É CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. VÍTIMA QUE, NA HIPÓTESE, NÃO PODE SER CONSIDERADA CONSUMIDORA POR EQUIPARAÇÃO.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ QUE REMANESCE, POR FORÇA DO ACIDENTE EM DECORRÊNCIA RISCO - PROVEITO DE SUA ATIVIDADE EMPRESARIAL, EX VI OS ARTIGOS 927, PARÁGRAFO ÚNICO; 932, III, E 933, TODOS DO CÓDIGO CIVIL.

RECURSO CONHECIDO E ACOLHIDO PARA SANAR O ERRO

APONTADO, MANTENDO-SE, CONTUDO, O RESULTADO DO
JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL.

Os segundos embargos de declaração foram rejeitados (fls. 224-233).

Nas razões do recurso especial (fls. 87-95), os agravantes alegam violação dos arts. 932, III, e 933 do Código Civil, sob o argumento de que os referidos dispositivos demandam a demonstração de que, no momento do evento danoso, o empregado estava no exercício de um trabalho que lhe competia.

Acrescenta que, "...ao decidir pela condenação da Recorrente sem as provas necessárias, o TJRJ acabou por aplicar a teoria do risco integral cuja hipótese de incidência não se demonstra no caso em debate. Ou seja, decidiu pelo decreto condenatório sem análise do nexo de causalidade entre a conduta do preposto (exercício do trabalho) e o dano sofrido pelo Recorrido".

É o relatório.

Decido.

4. A irresignação não prospera.

Em suas razões recursais, a parte recorrente traz a premissa de que, no momento do acidente, seu preposto não estava no exercício de suas funções, tendo em vista que o evento danoso teria ocorrido no dia 16.1.2009, às 18h30, fora, portanto, do horário comercial.

Sendo assim, não se poderia admitir a aplicação dos arts. 932, III, e 933 do Código Civil, diante da ausência de qualquer exercício de trabalho quando do acidente.

Além disso, salienta que a Corte local proferiu decisão condenatória sem análise do nexo da causalidade entre conduta e o ocorrido.

Pois bem. O Tribunal *a quo*, por sua vez, ao dirimir a controvérsia que lhe foi apresentada, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 193-195 , grifamos):

Narram os autos que Adilson Sant'Anna trafegava de bicicleta na via pública quando foi surpreendido e atropelado por um caminhão da empresa Ré, sofrendo lesões na cabeça e na perna esquerda e que o motorista não parou para socorrer a vítima.

(...)

Na hipótese, limitou-se a ré a eximir-se da responsabilidade pelo evento, sem, contudo, produzir prova de fato modificativo, extintivo ou impeditivo à pretensão do apelado, ônus que lhe incumbia por força do artigo 373, II do CPC.

De outra parte, a alegação do apelado foi corroborada pelo laudo pericial (indexador 113, fls.101), que concluiu pela existência de nexo causal entre as lesões suportadas pelo autor e o acidente sofrido, acarretando incapacidade temporária da vítima pelo período de 07 (sete) dias.

Gize-se que a prova técnica bem observou a dinâmica do evento e apontou as lesões sofridas pela vítima (no crânio e no membro inferior esquerdo).

Assim, comprovados o fato, o dano e o nexo causal, impõe-se reconhecer o dever de indenizar.

Deve ser mantida, portanto, a condenação da ré a ressarcir os danos morais suportados pelo autor, de natureza *in re ipsa*, ou seja, pelo próprio evento danoso, não se tratando de mero aborrecimento do cotidiano, ficando o autor impossibilitado de exercer suas atividades cotidianas por sete dias, sendo correto e proporcional o valor fixado na sentença.
(...)

Adiante, o Sodalício estadual, revendo seu posicionamento, reconheceu que o caso não trata de responsabilidade objetiva com base no art. 37, § 6º da CF/1988 ou na legislação consumerista, mantendo, contudo, por outros fundamentos, a decisão anteriormente proferida. Vejamos (fls. 212-213, grifamos):

Assim, no que tange à natureza jurídica da recorrente, o acórdão hostilizado deve ser modificado, a fim de se considerar a ré/embargante prestadora de serviços às concessionárias de serviço público, afastando-se, pois, a incidência do artigo 37, §6º, da CRFB/88 na hipótese.

De igual sorte, não se aplicam, *in casu*, os regramentos do Código do Consumidor, porquanto a vítima não pode ser considerada consumidora por equiparação, uma vez que não há prova mínima de que, no momento do acidente, a ré prestava serviços à Light.

Entretanto, a responsabilidade objetiva da ré remanesce por fundamento diverso, qual seja, ante o risco -proveito da atividade exercida pela recorrente na qualidade de empregador, à luz dos artigos 927, par. único, 932, III e artigo 933 do Código Civil.

Assim, porque a vítima foi atropelada por um caminhão conduzido por preposto da empresa embargante (indexador 014, fls. 17/18), a qual não se desincumbiu do ônus de fazer prova contrária de tal fato, ônus que lhe incumbia, por força do artigo 373, II do CPC.

Em suma: mantém-se a condenação da ré em indenizar o autor pelos danos morais sofridos, de acordo com a sentença, integrando-se o acórdão aclarado para que o desprovimento da apelação da ré se dê à luz dos artigos 927, parágrafo único, 932, III e 933, todos do Código Civil.

(...)

Ciente de tais termos, afirmo, primeiramente, que a premissa estabelecida pela parte insurgente – de que não se pode admitir a aplicação dos arts. 932, III, e 933 do Código Civil, uma vez que o acidente teria ocorrido às 18h30, fora, portanto, do horário do expediente – não encontra respaldo no arcabouço fático contido no aresto objurgado, porquanto em momento algum a Corte local teceu qualquer consideração relacionada ao preciso momento em que o evento danoso teria se verificado.

O que se nota, na verdade, é que a questão a ser enfrentada é eminentemente fática e não jurídica, uma vez que a insurgente pleiteia a alteração do julgado recorrido com base em fatos que não estão descritos no acórdão.

Desse modo, o acolhimento da pretensão, na forma propugnada pela recorrente, demandaria reincursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não se admite em recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7/STJ.

Nessa esteira:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.

DANOS MATERIAIS E MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA E CARACTERIZAÇÃO DO DANO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ.

1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Segundo o entendimento da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito, os juros moratórios legais fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 822.671/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA. NORMA PROCESSUAL. DIREITO INTERTEMPORAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N.2/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. PREMISSA DE FATO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

4. A revisão de premissa de fato fixada pelo Tribunal de origem, soberano na avaliação do conjunto fático-probatório constante dos autos, é vedada aos membros do Superior Tribunal de Justiça, à luz de sua Súmula 7.

(...)

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 155.853/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

Ademais, no tocante ao argumento de que a Corte local teria proferido decisão condenatória sem análise do nexo da causalidade entre conduta e o dano, a irresignação também não prospera.

Isso porque o Tribunal *a quo* foi categórico ao afirmar que houve a devida comprovação do nexo causal entre as lesões suportadas pelo autor e o acidente sofrido (fl. 195).

Tal premissa fática não é passível de alteração neste momento processual, tendo em vista o enunciado da já apontada Súmula 7/STJ.

A propósito (grifo nosso):

AGRAVO INTERNO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INCÊNDIO EM VEÍCULO AUTOMOTOR. CAUSALIDADE ADEQUADA. PRESENÇA. DEVER DE INDENIZAR. EXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte Superior perfilha o entendimento de que o acidente que dá ensejo ao pagamento do seguro não tem, necessariamente, causa no trânsito, mas na existência de acidente com o veículo, ainda que este se encontre parado no momento do sinistro. Precedentes.

2. Caso concreto em que não merece acolhida a irresignação da recorrente no sentido de que o acidente não foi causado pelo veículo automotor, mas por equipamento acoplado a ele, isto é, pela "correia do alternador". Com efeito, se por um lado é certo que tal equipamento integra a estrutura mesma do veículo, por outro, partindo-se do arcabouço fático delineado pela Corte de origem, não é possível concluir que o veículo fazia parte tão somente do cenário do infortúnio, máxime porque a lesão suportada pelo ora recorrente ocorreu em razão do fogo no veículo no momento do conserto, de modo que é possível apontá-lo como causa adequada (possível e provável) do acidente.

3. Ir além do arcabouço fático delineado pelo Tribunal estadual para verificar, no caso concreto, a comprovação ou não do nexo de causalidade, demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado pelo enunciado da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1403785/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018)

5. Há, ainda, outro óbice que impende o acolhimento da pretensão.

O Tribunal de origem, ao julgar a demanda que lhe foi proposta, mesmo após rever seu posicionamento, concluiu que a responsabilidade objetiva remanesce, mas à luz dos arts. 927, parágrafo único, 932, III, e 933 do Código Civil.

Ocorre que a parte recorrente não buscou impugnar especificamente o fundamento de que a condenação também foi baseada no art. 927 do Código Civil, dispositivo que, por si só, seria capaz de sustentar as razões do aresto objurgado.

Veja-se:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Isso porque, conforme entendimento do STJ, em casos de acidente envolvendo veículo automotor, o seu proprietário responde solidária e objetivamente pelos danos causados por terceiro condutor, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto.

Nessa linha (grifamos):

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE VEÍCULO.

RESPONSABILIDADE CIVIL. SOLIDARIEDADE. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. PENSIONAMENTO. TERMO FINAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. "Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e que provoca o acidente, pouco importando que o motorista não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja gratuito ou oneroso, uma vez que sendo o automóvel um veículo perigoso, o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros. Provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo fica solidariamente responsável pela reparação do dano, como criador do risco para os seus semelhantes. Recurso especial provido. (REsp 577902/DF, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2006, DJ 28/08/2006, p.279)" 2. O estabelecimento do termo final do pensionamento deve considerar "a longevidade provável de vítima fatal, para efeito de fixação do tempo de pensionamento, deve ser apurada em consonância com a tabela de sobrevivência adotada pela Previdência Social, de acordo com cálculos elaborados pelo IBGE" (REsp 268265/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2002, DJ 17/06/2002, p. 268 RNDJ vol. 31, p. 129) .

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1401180/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO FUNDADA EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Em acidente com automóvel, o proprietário do veículo responde solidária e objetivamente pelos danos causados por terceiro condutor. Precedentes.

2. Rever a conclusão do Tribunal de origem sobre o nexo causal entre o acidente provocado e as lesões estéticas da vítima encontra óbice na Súmula 7/STJ, dada a necessidade de reexaminar os elementos de provas

dos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 359.704/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017)

Destarte, considerando a ausência de impugnação a fundamento autônomo, impõe-se o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF: É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a impugnação, no agravo, de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz a preclusão das matérias não impugnadas.

2. A falta de exposição sobre o modo como teriam sido violados aos dispositivos de lei invocados, bem como a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, além da apresentação de razões dissociadas desse fundamento impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1210184/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. RENDA MENSAL MÉDIA DA GENITORA. FUNDAMENTOS INATACADOS. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS ADOTADAS. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa e considerando o interesse do menor, concluiu pela manutenção da pensão, tendo em vista a "não comprovação de redução de capacidade contributiva" e que "o quadro financeiro delineado às fls. 48 (revendedora de produtos, com renda mensal média de R\$ 450,00), sem contrariedade específica na réplica de fls. 54/55, não enseja a possibilidade de aporte relevante a ponto de reduzir a participação do apelado no custeio do seu filho".

2. Tais fundamentos, autônomos e suficientes à manutenção do v.acórdão recorrido, não foram impugnados nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência das Súmulas 283 e 284 do STF. Em âmbito de especial, é indispensável demonstrar o cabimento do recurso e o desacerto do acórdão impugnado.

3. Outrossim, as peculiaridades destacadas pelo acórdão recorrido afastam o cabimento do recurso especial com base no dissídio jurisprudencial (Súmula 7/STJ). Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1067066/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017)

6. Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência desta Corte proferida às fls. 301-302. Todavia, pelas razões acima aduzidas, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator